

CONSIDERANDO:

- o constante nos autos do Processo nº SEI-260007/017188/2025,
- a Instrução Normativa AGE nº 42, de 26 de dezembro de 2017, e
- o Artigo 5º da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de inventário físico anual da CAF/CAQ - SFA HUPE/UERJ, composta pelos seguintes membros:

CAF:
Aline Alves Brandão - Matrícula 39.904-8;
José Freitas Júnior - Matrícula 35.585-9;
Michele Teixeira Machado Nardy - Matrícula 42.973-8.
CAQ:
Sérgio de Magalhães Medeiros - Matrícula 39.694-5;
Célia Renata Van Sohsten de Oliveira - Matrícula 36.755-7.

Art. 2º - Este Portaria tem vigência a partir da data da publicação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2025

JOSÉ LUIZ M. BANDEIRA DUARTE
Vice-Diretor

Id: 2702124

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

ATO DA PRESIDENTE

RESOLUÇÃO UENF/CONSUNI Nº 63 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE USO DO NO-
ME SOCIAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO
PARA SERVIDORES (DOCENTES E TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS), CANDIDATOS A CON-
CURSOS, PESSOAL TERCEIRIZADO E MEM-
BROS DO CORPO DISCENTE (GRADUAÇÃO
E PÓS-GRADUAÇÃO) NO ÂMBITO DA UNI-
VERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-
NENSE DARCY RIBEIRO (UENF) E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RI-
BEIRO (UENF),** no uso de suas atribuições estatutárias e regimen-
tais,

CONSIDERANDO:

- o art.3º, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece como ob-
jetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem
de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais-
quer outras formas de discriminação;

- o disposto no Decreto Estadual nº 43.065/2011, que garante o di-
reito ao uso do nome social por travestis e transexuais na Adminis-
tração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro;

- o princípio da dignidade da pessoa humana e a necessidade de ga-
rantir o respeito à identidade de gênero, assegurando o tratamento
nominal condizente com o gênero autoidentificado;

- a função social da universidade de defesa da ética, da cidadania, da
diversidade e da inclusão, e

- o disposto no inciso III do art. 15 do Estatuto da UENF e tendo em
vista do que consta do Processo nº SEI-260002/009174/2025, bem
como aprovado em sua 307ª reunião,

RESOLVE:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta Resolução estabelece normas e procedimentos para o
reconhecimento e uso do nome social e da identidade de gênero de
travestis, transexuais, transgênero, intersexo e não-binários no âmbito
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF),
abrangendo:

I - servidores efetivos;

II - candidatos a concursos públicos e processos seletivos;

III - professores visitantes, pessoal terceirizado, estagiários e bolsis-
tas;

IV - membros do corpo discente de Graduação e Pós-graduação.

Parágrafo Único - O direito assegurado no caput estende-se, em ca-
ráter excepcional, às pessoas cujos nomes civis lhes acarretem no-
tório constrangimento, humilhação ou exposição ao ridículo, visando à
proteção de sua dignidade e bem-estar no ambiente universitário.

Art. 2º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Nome Social: a designação pela qual a pessoa se identifica e é
socialmente reconhecida;

II - Nome Civil: aquele constante no registro de nascimento e demais
documentos oficiais de identificação;

III - Identidade de Gênero: a experiência interna e individual do gê-
nero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atri-
buído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras ex-
pressões de gênero.

Art. 3º - É direito da pessoa ser referida e chamada na UENF sem-
pre pelo seu nome social e pelo gênero com o qual se identifica, em
todas as instâncias e ambientes institucionais.

**TÍTULO II
DO PROCEDIMENTO E DO REGISTRO**

Art. 4º - O reconhecimento e a inclusão ou exclusão do nome social
serão realizados mediante requerimento do(a) interessado(a), a qual-
quer tempo, por meio de autodeclaração, sem necessidade de laudos
ou procedimentos clínicos.

§ 1º - Para servidores o requerimento deverá ser protocolado na Ge-
rência de Recursos Humanos (GRH), ou informado no ato da inves-
titura para implementação imediata.

§ 2º - Para discentes (Graduação e Pós-graduação), o requerimento
deverá ser protocolado na Secretaria Acadêmica (SECACAD), ou in-
formado no ato da matrícula para implementação imediata.

§ 3º - O requerimento do interessado deverá ser processado pela uni-
dade administrativa competente e o procedimento deverá ser concluí-
do em até 30 (trinta) dias úteis, com o objetivo de adotar o nome
social em todas as instâncias da UENF.

§ 4º - Para candidatos a concursos públicos e processos seletivos, o
requerimento deverá ser feito no ato da inscrição.

Art. 5º - A GRH e a SECACAD deverão garantir a inclusão ou ex-
clusão do registro do nome social nos sistemas internos de informa-
ção em campo específico, mantendo o nome civil no registro admi-
nistrativo e acadêmico original, para fins legais.

Art. 6º - O direito ao uso e o reconhecimento do Nome Social e da
identidade de gênero dos colaboradores terceirizados que prestam
serviços nas dependências da UENF é garantido por esta Resolução.

Parágrafo Único - A solicitação de inclusão ou exclusão do Nome
Social deverá ser dirigida à empresa contratada, que é a responsável
primária por garantir sua utilização em todas as interações, identifica-
ções e documentos no âmbito da UENF.

**TÍTULO III
DO USO DO NOME SOCIAL EM DOCUMENTOS**

Art. 7º - O nome social deverá ser utilizado como forma preferencial
de tratamento na UENF e registrado com destaque em todos os do-
cumentos de uso interno e de acesso público.

Parágrafo Único - O uso do nome social deverá ser observado em:

I - listas de frequência, diários de classe e registros de presença;

II - listas de chamada oral;

III - cadastros, fichas de identificação e sistemas de informação de
acesso;

IV - identidade funcional/estudantil e crachás de identificação;

V - endereço de correio eletrônico institucional (e-mail);

VI - divulgação de resultados de concursos, processos seletivos e edi-
tais públicos, junto ao número de inscrição/matricula;

VII - na nominata de Colação de Grau.

Art. 8º - Nos documentos de natureza legal e permanente, cuja obri-
gatoriedade do Nome Civil seja exigida por legislação externa (Federal
ou Estadual), será registrado o Nome Civil da pessoa.

§ 1º - A regra do caput aplica-se, não se limitando à: diplomas, his-
tóricos escolares, certificados de conclusão de curso, atas de resul-
tados de disciplinas, atas de colação de grau, Trabalhos de Conclu-
são de Cursos (TCC), Dissertações de Mestrado e Teses de Douto-
rado.

§ 2º - Caso seja permitida a inclusão de ambos os nomes, o Nome
Social deverá preceder o Nome Civil, sendo este último consignado
entre parênteses.

**TÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 9º - A Gerência de Recursos Humanos (GRH) e a Secretaria
Acadêmica (SECACAD) são as unidades administrativas responsáveis
pela operacionalização desta Resolução e pela atualização dos res-
pectivos sistemas de informação.

Art. 10 - A empresa responsável pelos colaboradores terceirizados
deverá comunicar formalmente a adoção ou exclusão do Nome Social
do servidor terceirizado ao Setor de Fiscalização de Contratos da
UENF, para a devida atualização dos registros institucionais.

Parágrafo Único - O descumprimento das obrigações previstas neste
artigo será considerado infração contratual e sujeitará a empresa às
sanções cabíveis, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Art. 11 - A Reitoria deverá promover a ampla divulgação desta Re-
solução e assegurar, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Comuni-
tários, a sensibilização e o treinamento de servidores, discentes e do
pessoal terceirizado sobre este assunto.

Art. 12 - Os servidores, discentes e o pessoal terceirizado que, por
ação ou omissão, desrespeitarem ou violarem os direitos estabeleci-
dos nesta Resolução estarão sujeitos à responsabilização administra-
tiva, na forma da legislação vigente.

**TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Univer-
sitário (CONSUNI), mediante parecer da Pró-Reitoria competente ou da
Comissão designada para tal fim.

Art. 14 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025

ROSANA RODRIGUES
Presidente do Conselho Universitário

Id: 2701967

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO**

ATO DA REITORA

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 474
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**ESTABELECE NORMAS OPERACIONAIS DE
ACESSO, SEGURANÇA E UTILIZAÇÃO DOS
ESPAÇOS DO PARQUE TECNOLÓGICO
AGROPECUÁRIO DA UENF JOHANNA DÖBE-
REINER (PARTEC Agro).**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF,** no uso de suas atribuições legais
e estatutárias, conferidas pelo art. 20 do Estatuto da Universidade,

CONSIDERANDO:

- a aprovação da Resolução CONSUNI nº 62, de 12 de dezembro de
2025, que criou o PARTEC Agro Johanna Döbereiner e remeteu à
Reitoria a competência para regulamentar seus aspectos operacio-
nais;

- a necessidade de zelar pela segurança patrimonial, pela ordem ad-
ministrativa e pela boa convivência entre a comunidade acadêmica e
as empresas residentes, e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-260002/008699/2025,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E DO ACESSO**

Art. 1º - O PARTEC Agro Johanna Döbereiner funcionará, em regime
ordinário, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

§ 1º - O acesso fora do horário estabelecido no caput, bem como aos
finais de semana e feriados, é restrito aos servidores e alunos da
UENF e representantes de empresas residentes previamente cadas-
trados e autorizados pela Coordenação Executiva.

§ 2º - A solicitação de acesso extraordinário deverá ser encaminhada
via sistema eletrônico ou correio eletrônico institucional à Coordena-
ção Executiva, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) ho-
ras.

Art. 2º - O ingresso nas dependências do PARTEC Agro Johanna Dö-
bereiner está condicionado à identificação civil ou funcional na recep-
ção, observados os seguintes critérios:

I - servidores e alunos da UENF: mediante crachá institucional ou car-
teira funcional;

II - colaboradores de empresas residentes: mediante crachá de cre-
denciamento emitido pelo Parque;

III - visitantes: mediante cadastro e emissão de crachá provisório, de-
vendo ser acompanhados pelo anfitrião responsável.

**CAPÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS**

Art. 3º - A utilização das salas de reunião e auditórios deverá ser
agendada previamente junto à secretaria do Parque, observada a or-
dem de solicitação.

Parágrafo Único - A UENF reserva-se o direito de prioridade no uso
do auditório para eventos institucionais oficiais, mediante comunicação
com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ressalvados
os eventos já confirmados das empresas residentes.

Art. 4º - Nas áreas de uso comum e de trabalho compartilhado
(coworking), é dever dos usuários:

I - manter o silêncio e a conduta profissional compatível com o am-
biente de inovação;

II - não deixar equipamentos pessoais, documentos ou objetos de va-
lor abandonados sobre as mesas após o uso;

III - recolher os resíduos produzidos e manter a limpeza das estações
de trabalho.

Art. 5º - É vedado nas dependências do PARTEC Agro Johanna Dö-
bereiner:

I - a guarda ou manipulação de materiais explosivos, inflamáveis ou
tóxicos sem a devida certificação de biossegurança e autorização da
Coordenação Operacional;

II - a alteração da rede elétrica, lógica ou da estrutura física das sa-
las, tais como furos, divisórias ou pintura, sem prévia autorização da
Prefeitura da UENF;

III - o uso das instalações para alojamento, pernoite ou fins de mo-
radia;

IV - a realização de atividades de cunho político-partidário ou religio-
so.

**CAPÍTULO III
DO TRÂNSITO E DO ESTACIONAMENTO**

Art. 6º - O trânsito e o estacionamento de veículos no perímetro do
PARTEC Agro Johanna Döbereiner submetem-se às regras gerais de
circulação do Campus da UENF, fiscalizadas pela Prefeitura do Cam-
pus.

Art. 7º - As vagas de estacionamento privativas, quando houver, se-
rão distribuídas conforme estipulado nos contratos de cessão de uso
ou permissão.

Parágrafo Único - Veículos estacionados em locais proibidos, blo-
queando hidrantes, saídas de emergência ou áreas de carga e des-
carga estarão sujeitos a sanções administrativas, bloqueio de acesso
futuro e, se necessário, acionamento da autoridade de trânsito para
remoção.

**CAPÍTULO IV
DA SEGURANÇA PATRIMONIAL**

Art. 8º - A segurança do PARTEC Agro Johanna Döbereiner integra o
sistema de vigilância patrimonial da UENF.

§ 1º - Qualquer incidente de segurança, furto ou dano deve ser ime-
diatamente comunicado à vigilância do Campus e à Coordenação
Executiva para registro de ocorrência.

§ 2º - A UENF não se responsabiliza por bens, valores ou equipamen-
tos de propriedade das empresas ou de terceiros deixados nas
áreas comuns ou no interior das salas privativas, cabendo aos usuá-
rios a contratação de seguro, se desejarem.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º - O descumprimento das normas desta Portaria ensejará:

I - aos usuários externos e empresas: advertência formal e, em caso
de reincidência, suspensão das credenciais de acesso, sem prejuízo
das multas contratuais;

II - aos membros da comunidade universitária: encaminhamento à au-
toridade competente para as sanções disciplinares cabíveis.

Art. 10 - Os casos omissos de natureza operacional serão resolvidos
pela Coordenação Executiva do PARTEC Agro Johanna Döbereiner.

Art. 11 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025

ROSANA RODRIGUES
Reitora

Id: 2702006

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO**

ATOS DA REITORA

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 475
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**CRIA A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALI-
ZÃO DO CONTRATO Nº 035/2025 - UENF E
WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF,** no uso das atribuições que lhe
foram conferidas, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-
260002/004915/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato nº
035/2025 - UENF e WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.,
referente à aquisição de peças e componentes para cromatógrafos.

Art. 2º - A Comissão de Gestão e Fiscalização será composta pelos
seguintes servidores:

- Vanildo Silveira, ID Funcional nº 4272815-0 - Gestor;